

Editorial



Oswaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Amêndoas amargas

A primeira notificação de 2024, relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos de 2023, onde se inclui a informação do Défice e da Dívida da Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, calculada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e validada pelas autoridades estatísticas nacionais, enviada esta semana ao Eurostat, traz algumas amêndoas amargas para a Região.

A mais importante de todas é que as contas regionais permanecem num limbo, com muita coisa ainda escondida devido ao não pagamento a fornecedores e ao peso desmesurado das empresas públicas.

Enquanto a República e a Madeira registam excedentes, nós por cá continuamos mergulhados em défices, sem que se vislumbre melhorias em vários sectores públicos, nomeadamente a Saúde, que se degrada cada vez mais nos hospitais da região, com listas de espera a voltar ao antigamente.

Do quadro do INE, é notório que tivemos que nos financiar em 146 milhões de euros.

No cálculo destes valores é excluída a dívida comercial, a dívida das empresas públicas que não integram o sector das Administrações Públicas, enquanto que a dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das regiões autónomas é registada no subsector da Administração Local.

A parte positiva é que a dívida caiu para menos da metade do que tinha sido nos três anos anteriores.

A parte negativa é que não inclui a dívida comercial aos fornecedores.

A maior parte da dívida da administração regional e local vem dos Açores (146 milhões em 147,8 milhões), com um excedente de necessidades de financiamento de 25,3 milhões de euros na Madeira e um défice de 27,2 milhões nos municípios todos do país.

O stock de dívida dos Açores, a 3.202,8 milhões de euros, excedeu, pela primeira vez, o stock de todas as autarquias (3.093,5).

O stock de dívida da Madeira é o mais elevado com 5.002 milhões de euros.

Resumindo: a dívida financeira aumentou e as empresas fornecedoras do governo devem estar insatisfeitas e preocupadas porque aumentou também a dívida comercial, que implica dívidas aos fornecedores.

Não admira que a Região esteja praticamente paralisada há meses e o novo governo de Bolieiro esteja praticamente bloqueado, sem acção que se veja.

O excedente nacional, na conjuntura em que vivemos, pode ser muito bonito para Bruxelas e agências de notação verem, mas quem sofreu com a falta de investimento público, cativações e restrições sociais foram os cidadãos, sacrificados pelo caos na saúde, na educação e outros sectores.

Não é isto que queremos para os Açores, mas também não queremos uma administração que gaste à tripa fora sem que os cidadãos sintam melhorias nas suas vidas, como está, ainda, a acontecer.

Os critérios de Maastricht não justificam a nossa paralisia.

É preciso que este governo comece a ter mais acção e menos justificações, injectando dinheiro na economia e não deixando as empresas em estado moribundo, porque não paga a tempo e horas.

O caso da Comunicação Social é paradigmático, como ainda há uma semana denunciou o "Correio dos Açores", com pagamentos de meses em atraso e sem nenhuma explicação.

Como estamos em dia de Páscoa pode ser que ainda se assista a uma Ressurreição...

Haja esperança.

Boa Páscoa!

Novas habitações licenciadas nos Açores caíram a pique

Obras concluídas no ano passado também foram em menor número



No 4º trimestre de 2023, foram licenciados no país 7,3 mil fogos em construções novas para habitação familiar, representando um aumento de 1,8% em relação ao 4º trimestre de 2022 (+9,5% no 3º trimestre de 2023) e um crescimento mais significativo em comparação com o mesmo trimestre de 2019 (+11,7%).

As regiões do Norte, Centro e Oeste e Vale do Tejo apresentaram variações positivas neste indicador: +28,0%, +17,5% e +5,7%, respetivamente.

A sul da região Oeste e Vale do Tejo, assim como nas Regiões Autónomas, todas as regiões verificaram decréscimos neste indicador.

Os decréscimos mais acentuados foram observados nas regiões da Grande Lisboa (-39,3%) e na Região Autónoma dos Açores (-31,5%).

Diminuição na área total licenciada

Em Portugal, no 4º trimestre de 2023, verificou-se uma diminuição de 10,0% na área total licenciada em comparação com o mesmo período do ano anterior (+0,6% no 3º trimestre de 2023).

O Centro e o Norte foram as únicas regiões a registar um crescimento neste indicador, com +17,9% e +4,4%.

Todas as restantes regiões apresentaram variações negativas na área total, destacando-se a Grande Lisboa com o decréscimo mais acentuado (-43,9%).

Queda também nas obras concluídas

No 4º trimestre de 2023, estima-se que tenham sido concluídos 4,0 mil edifícios em Portugal, incluindo construções novas, ampliações, alte-

rações e reconstruções. Este número representa um aumento de 2,1% em relação ao 4º trimestre de 2022 (-1,2% no 3º trimestre de 2023) e um aumento de 9,1% se comparado com o mesmo trimestre de 2019. A predominância das construções novas mantém-se, representando 82,6% do total dos edifícios concluídos, com 80,1% dessas construções novas sendo destinadas à habitação familiar.

Nas regiões do Algarve, Península de Setúbal, Oeste e Vale do Tejo, bem como no Norte observou-se um crescimento, embora diferenciado, no número de edifícios concluídos (+25,2%, +22,3%, +7,9% e +2,5%, pela mesma ordem).

A Grande Lisboa registou uma variação nula enquanto as restantes regiões apresentaram decréscimos nesta variável, com a Região Autónoma da Madeira a registar a maior redução (-14,2%) seguida pelo Alentejo com -10,2%, o Centro com -4,9% e a Região Autónoma dos Açores com -2,7%.

Habitação familiar cresce nos Açores

No mesmo período, foram concluídos 5,4 mil fogos em construções novas para habitação familiar, o que representa um aumento de 1,4% em comparação com o 4º trimestre de 2022 (+9,9% no 3º trimestre de 2023).

Verificou-se um crescimento neste indicador nas regiões do Oeste e Vale do Tejo (+49,7%), Algarve (+33,3%), Região Autónoma dos Açores (+27,3%) e Península de Setúbal (+7,5%).

As restantes regiões apresentaram um comportamento negativo nesta variável, com destaque para a Região Autónoma da Madeira, com uma variação de -35,6%, face ao mesmo trimestre do ano anterior.